

A relação ainda não discutida entre repositórios institucionais de acesso aberto e teses e dissertações eletrônicas no Brasil: um convite à reflexão¹

Fernando César Lima Leite

fernandodfc@gmail.com

Faculdade de Ciência da Informação

Universidade de Brasília

Introdução

É possível considerar que o acesso aberto à informação científica no Brasil teve sua gênese marcada pela iniciativa Scielo em 1997 e na construção da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em 2002. Muito embora tenham se desenvolvido sob as condições tecnológicas e políticas vigentes à época, de algum modo, hoje, é possível compreender que ambos os esforços representam as duas principais estratégias de viabilização do movimento: a publicação de periódicos científicos de acesso aberto (via dourada) e a segunda o arquivamento da produção científica em repositórios digitais (via verde). Desde então, tanto a primeira quanto a segunda estratégia se desenvolveram substancialmente no país e imprimem especificidades sistêmicas e operacionais do movimento de acesso aberto no Brasil. Uma dessas peculiaridades diz respeito à proliferação de repositórios institucionais (RI) para gerenciar a produção científica nacional em coexistência com as inúmeras bibliotecas digitais de teses e dissertações (T&D), que fazem parte da BDTD. Em princípio, tal situação não significaria problema algum se não fosse o fato de que as T&D, por muitas razões, constituírem um dos primeiros e principais tipos de conteúdos dos RI. Esta comunicação tem por objetivo refletir e discutir situações decorrentes da emergência e coexistência de RI e T&D eletrônicas no Brasil.

O contexto

Considerando que:

- a informação científica a ser gerenciada por RI está contida principalmente em artigos de periódicos avaliados por pares, livros, capítulos de livros, anais de conferências e também teses e dissertações;
- dentre os tipos de documentos acima, T&D constituem as unidades de comunicação científica mais transversais e de igual importância em todas as áreas do conhecimento (padrão em todas as áreas);

¹ Comunicação apresentada durante a 2ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA) realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2011 no Rio de Janeiro, Brasil.

- por serem produzidas nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) no âmbito de universidades e instituições de pesquisa, T&D prescindem da figura do editor para estarem acessíveis, ou seja, os direitos patrimoniais pertencem exclusivamente ao autor e são frequentemente cedido não exclusivamente às instituições com as quais mantém vínculo (fácil gestão de direitos autorais);
- T&D há muito representam a parcela da produção científica institucional gerenciada pelas bibliotecas de pesquisa e universitárias, anteriormente em ambiente impresso e agora em ambiente digital,

T&D constituem os primeiros documentos a serem depositados em RI e são o carro-chefe de seu povoamento. Van Weijndhoven e Van der Graaf (2008) apontaram que mais de 80% dos RI da União Européia contém T&D. No OpenDOAR, são o tipo de conteúdo mais frequentes em repositórios digitais, ficando após somente dos artigos de periódicos. Este fato é especialmente verdade no Brasil graças à BDTD, da qual 97 instituições, entre universidades e institutos de pesquisa, fazem parte atualmente², contribuindo com mais de 137.000 T&D.

O Brasil conta hoje com cerca de 40 RI e 97 bibliotecas digitais de T&D. Uma rápida análise desses sistemas permitiu desenhar o seguinte cenário:

- 57 possuem apenas bibliotecas digitais de T&D;
- das 40 instituições que possuem RI, 29 também possuem biblioteca digital de T&D;
- 19 instituições possuem apenas RI;
- das 29 instituições que possuem os dois sistemas ao mesmo tempo, pelo menos 20 armazenam ou pretendem armazenar T&D em seus RI (e ao mesmo tempo nas bibliotecas digitais) e 5 gerenciam-nas somente nas bibliotecas digitais de T&D (não possuem coleções nos RI);
- das 40 instituições que possuem RI, 11 não possuem bibliotecas digitais de T&D. Destas 11, 7 gerenciam suas T&D por meio dos seus RI.

Deste cenário, é possível afirmar que as instituições brasileiras em análise encontram-se em um dos grupos a seguir:

1. instituições que possuem RI e bibliotecas digitais de T&D ao mesmo tempo e que participam da BDTD por meio destas últimas. Estas instituições poderiam ainda serem divididas entre três subgrupos:
 - aquelas que alimentam os dois sistemas com T&D,
 - aquelas que alimentam somente as bibliotecas digitais de T&D
 - aquelas que deixaram de alimentar as bibliotecas digitais de T&D e alimentam apenas o RI

² Dado informado na página da [BDTD](#).

2. instituições que possuem apenas RI e gerenciam suas T&D por intermédio destes. estas podem ser divididas em dois subgrupos:
 - aquelas que participam da BDTD
 - aquelas que não participam da BDTD
3. instituições que possuem apenas bibliotecas digitais de T&D e não gerenciam outros tipos de produção científica.

A situação

Instituições presentes no Grupo 1

As instituições presentes no grupo 1 tem enfrentado problemas decorrentes da co-existência dos RI e de suas bibliotecas digitais de T&D, dependendo ainda do subgrupo do qual fazem parte.

O primeiro problema a ser destacado diz respeito à duplicação de esforços para o depósito de T&D nos dois sistemas, visto que, aparentemente, parece não haver nenhuma instituição que tenha desenvolvido uma interface única de depósito para os dois sistemas. A alimentação duplicada não faz sentido algum se considerado o fato de que as finalidades dos RI e das bibliotecas digitais serem absolutamente convergentes. Neste caso, além disso destaca-se: dedicação de uma quantidade maior de pessoal dedicado; manutenção institucional de dois sistemas; manutenção do TEDE (sistema de T&D) pelo Ibict; prejuízo aos usuários que tem duas interfaces para as mesmas atividades.

As instituições que tentam evitar parte dos problemas mencionados acima, terminam por enfrentar outros. No segundo problema estão aquelas instituições que decidiram por não duplicar esforços e resolveram não alimentar seus RI com T&D e continuam alimentando normalmente suas bibliotecas digitais de T&D. Se por um lado esta decisão evita retrabalho, por outro a instituição promove uma divisão de sua produção científica. De um lado, no RI, estão artigos de periódicos, trabalhos de conferências, capítulos de livros, livros, etc. Do outro lado as T&D. Com isso, o RI deixa de reunir a totalidade da produção científica, restando ainda problemas de manutenção de dois sistemas e a penalização do usuário.

O terceiro problema que merece destaque é enfrentado por aquelas instituições que, apesar de possuírem os dois sistemas, para evitar os dissabores acima mencionados, decidiram alimentar exclusivamente o RI. Talvez a consequência desta decisão seja a mais preocupante: a não participação efetiva na BDTD. Com uma ou duas raras exceções no país, as instituições que assim procedem passam a não ter, a partir de um determinado momento, os metadados de suas novas T&D coletadas pela BDTD.

Instituições presentes no Grupo 2

Há aquelas instituições que não gerenciam suas T&D por meio dos próprios RI, o que é natural, pois estes conteúdos constituem a produção científica institucional. As instituições desse grupo encontram-se nessa situação seja por nunca terem gerenciado suas coleções de T&D anteriormente, e o RI surgiu também para suprir esta necessidade (porém, não fazem parte da BDTD), seja por terem desenvolvido facilidade tecnológica para exposição de metadados de T&D a partir do próprio RI de modo que a BDTD ainda sim pudesse realizar a coleta. No caso da interoperabilidade do RI com a BDTD assegura-se que se trata de poucos casos.

Instituições presentes no Grupo 3

São as instituições que, estrategicamente, requerem maior atenção dos esforços nacionais em favor do acesso aberto empreendidos, principalmente, pelo Ibict. São 57 instituições que possuem suas bibliotecas digitais de T&D mas que, até o momento, segundo informações do próprio Ibict, não atentaram à necessidade de gerenciar a produção científica em sua totalidade por meio de RI. A experiência prévia com as bibliotecas digitais de T&D representa passos já percorridos na construção de RI, uma vez que muitos aspectos gerenciais e tecnológicos são bastante similares no desenvolvimento de ambos os sistemas.

Possíveis caminhos

Tendo em vista que tanto os RI quanto as bibliotecas digitais de T&D constituem elementos de um sistema de gestão e comunicação da informação científica que não estão restritos às instituições ou países, a compreensão de seus problemas e as respostas a eles deve ocorrer sob uma perspectiva sistêmica. Por esta razão, nenhum esforço para tal deve considerar como parâmetro único as condições locais, sobretudo aquelas relacionadas com as particularidades referentes às infra-estruturas tecnológicas, organizacionais e mesmo políticas das instituições.

É importante frisar também que as instituições não são as únicas responsáveis pelos problemas mencionados ao longo desta comunicação, nem tão pouco por suas soluções, até por estas dependerem, em todas as suas dimensões, de um norteamento sistêmico para que seja factível. Tanto a BDTD quanto a proliferação de RI no Brasil tem por trás esforços e articulação do Ibict, que é responsável nacionalmente pelas políticas de informação científica e tecnológica.

Diante das inúmeras facetas dos muitos problemas qual é a condição que mais acomoda as diferentes situações? A resposta a esta difícil pergunta não pode deixar de considerar que:

- RI nasceram para gerenciar e tornar acessível a totalidade da produção científica institucional e são uma realidade mundial;
- A BDTD surgiu em consonância com os avanços mundiais em relação às T&D eletrônicas, e, no Brasil, seu advento ocorre antes de qualquer iniciativa de RI;
- maior parte das universidades e instituições de pesquisa brasileiras não gozam de condições que as permitam manter efetivamente os dois sistemas;
- a quantidade de RI no Brasil tende a crescer cada vez mais;
- a continuidade da BDTD não implica, necessariamente, na continuidade das bibliotecas digitais de T&D. O investimento nos RI não significa na não existência da BDTD;
- RI podem, com facilidade, assumir as funções das bibliotecas de T&D, enquanto estas, na maior parte dos casos, estão tecnologicamente impossibilitadas de se transformarem em RI.

Nenhum dos problemas destacados deve ser resolvido única e exclusivamente a partir da perspectiva tecnológica. Embora as respostas passem necessariamente por soluções tecnológicas, precedendo esta, para qualquer intervenção sistêmica, deve-se realizar análises de viabilidade organizacional, tecnológica e política nas instituições.

Partindo de todas as considerações feitas anteriormente, e tendo por base experiência de pesquisa e de desenvolvimento sobre acesso aberto e repositórios institucionais, sugere-se como ponto de partida para discussão a seguinte condição:

o investimento nos repositórios institucionais como os ambientes responsáveis pelo gerenciamento da totalidade da produção científica das universidades e instituições de pesquisa brasileiras e o fortalecimento da BDTD como agregador de T&D depositadas nos repositórios (seja como interface independente seja como conjunto de dados dentro do OASISbr).

Tal condição requer:

- a incorporação das funções desempenhadas pelas bibliotecas digitais de T&D nos RI. Em termos tecnológicos significa a absorção das funções do TEDE (ou outro sistema adotado) pelo *software* utilizado no RI;
- desenvolvimento de metodologia padrão de migração de dados das bibliotecas digitais para os repositórios institucionais, incluindo análises de padrões de metadados e suporte;
- adaptação/configuração, ou procedimento similar, para que os RI (que maior parte utiliza o DSpace) sejam capazes de expor adequadamente/separadamente metadados de T&D;
- adaptação/configuração, ou procedimento similar, da BDTD para a coleta de metadados das T&D diretamente nos RI;

- existência da BDTD como interface separada, tal como existe atualmente, ou ainda como um conjunto de dados pesquisáveis dentro do *OASISBr*

Referências

VAN WEIJNDHOVEN, K.; VAN DER GRAAF, M. **Inventory study into the present type and level of OAI compliant Digital Repository activities in the EU**. 2008. Disponível em: <http://dare.uva.nl/document/93725>. Acesso em: 03 de agosto de 2011.